

Autora: Luísa Machado Montedo de Oliveira/BIC-UFRGS

Orientadora: Helen Osório

### ***A institucionalidade do cargo de Capitão-do-mato: Rio Grande de São Pedro (1768-1828)***

**Objetivo:** Analisar a institucionalidade do cargo de Capitão-do-mato no âmbito do poder camarário.

**Fontes:** Atas da câmara de Rio Grande, Livro de posses, Correspondência passiva da câmara, Livro V das Ordenações Filipinas, Requerimentos da câmara, Livro de registros, ofícios e portarias. Com exceção do Livro V das Ordenações Filipinas que encontra-se disponível online, a documentação utilizada está armazenada no Arquivo Municipal Moysés Vellinho, em Porto Alegre.

**Justificativa:** Figura comum no Brasil escravocrata, os Capitães-do-mato pouco foram estudados pelos historiadores. Sabe-se que eles tinham a função de *“prender os escravos fugidos e aquilombados”*, como é explicitado em ata da câmara de Rio Grande do ano de 1827, no momento em que os camaristas expedem provisão para o cargo a Custódio Alvarez de Oliveira, para atuar na localidade de Triunfo. Esses homens *“pretos e pardos”*, como afirma Silvia Lara (1988), eram nomeados pelas câmaras municipais através de provimentos. As câmaras, por sua vez, eram responsáveis pela administração da vila e território em que estavam localizadas, além de atuarem como mediadoras entre os poderes local e central.

Afirma-se que os regimentos de capitães-do-mato são determinações de caráter local, expedidas pelas câmaras ou pelos governadores da capitania. Chega-se a esta conclusão devido a constatação de que tais regimentos existem para diversas localidades do Brasil, como na Vila de Curitiba (PR), Campo dos Goitacazes (RJ) e Mariana (MG); percebe-se algumas variações devido as especificidades de cada local, dentre elas está a diferença entre os valores que deveriam ser pagos pelos senhores aos capitães quando da captura de um escravo. O referido documento ainda não foi encontrado para o Rio Grande do Sul.

O processo de provimento do cargo se fazia através de uma eleição pelos vereadores ou de seu assentimento a uma petição. Após eleito o capitão e aprovada a petição, era expedida uma provisão e o candidato era chamado a prestar juramento e tomar posse do cargo. Através dos registros das provisões nota-se que os capitães possuíam uma circunscrição espacial para atuar, em geral estabelecida pelo lugar onde eram moradores, além de, por vezes, possuírem soldados para auxiliá-los. Em correspondência enviada à câmara no ano de 1822, Antônio Joaquim de Carvalho solicita que seja expedida provisão para *“capitão das entradas”* ao pardo Bonifácio Antônio de Lima, e juntamente remete uma lista com onze nomes *“dos indivíduos que foram isentos do recrutamento de 1ª e 2ª linha, por serem para as diligências do mato (...) que devem ser na companhia do capitão-do-mato no distrito de Nossa Senhora dos Anjos.”*

A bibliografia e fontes consultadas até o momento, sugere-nos que o medo de que novos quilombos como Palmares surgissem foi fundamental para repensar a política de controle, prevenção de fugas e formação de quilombos, como assinala Luiz Mott; sendo o cargo de capitão-do-mato fundamental para que a referida política fosse efetuada. No Rio Grande de São Pedro, a primeira provisão para o cargo registrada nas atas camarárias é do ano de 1768, para *“dar providências à maquina de negros fugidos novos”*; em síntese, no Rio Grande do Sul existiu demanda para que os cargos fossem ocupados. Constatou-se que oitenta e quatro provisões foram expedidas pela câmara para quinze freguesias e distritos, durante o período em questão. Desta forma, entende-se que o cargo era uma das formas de controle social instituída pela metrópole a partir de interesses públicos e privados e posto em prática através das câmaras; assim, os interesses de Portugal, dos senhores de escravos e a ordem pública eram assegurados.

#### **REFERÊNCIAS**

GOMES, Flávio. **Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX)**/Flávio Gomes (org). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MOTT, Luiz. Santo, Antônio, O Divino Capitão-do-Mato. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**/organização João José Reis, Flávio dos Santos Gomes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.